

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

CURSO DE DIREITO – 7º e 8º PERÍODO

BÁRBARA REGINA VIANA - barbara.viana06@gmail.com

CARLA COSTA DA SILVA - carlacosta.silva@gmail.com

GREGORI ALBA SOARES – guialba8@gmail.com

GUÍMEL LOURENÇO – guimel870@gmail.com

HENRIQUE BONDI PIRES – bondipires@gmail.com

ISABELLA ALBA SOARES – isabellaalba923@gmail.com

WESLEY FABIANO DE FARIA JUNIOR – wesdemolay@gmail.com

EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA

INTRODUÇÃO: O presente resumo tem como objetivo apresentar o conteúdo de apresentação do grupo, que abordará a execução para entrega de coisa certa, instituto processual que visa garantir ao credor/exequente a posse de um bem específico previamente determinado, devido pelo devedor/executado, em cumprimento a uma obrigação contratual ou judicial. Contextualizando esse tipo de execução, serão abordados os procedimentos específicos exigidos para sua efetivação (prazo, imissão de posse, busca e apreensão, etc.), a problemática que a norteia, principalmente quando o devedor se recusa ou se encontra impossibilitado de cumpri-la voluntariamente (**celeridade na entrega do bem** através de **fraude à execução**, entre outros), suas particularidades e desafios práticos no sistema processual brasileiro.

DESENVOLVIMENTO: As referências teóricas utilizadas serão baseadas no Código de Processo Civil, especificamente nos artigos 806 a 810, em complementação, doutrinas ainda em fase de pesquisa, que exploram a discussão da natureza jurídica da execução, suas fases e

os meios coercitivos empregados para garantir o cumprimento da obrigação, além de acórdãos que permitirão a apresentação da aplicação da teoria em casos práticos atuais, como por exemplo, a faculdade que o exequente possui ao buscar a coisa que está em poder de terceiros, optar por somente receber do executado o correspondente ao valor da coisa, além de perdas e danos, conhecida como a possibilidade de **conversão em execução por quantia certa**. Indispensável, nessa hipótese, a prévia apuração do quantum, por estimativa do credor ou por arbitramento. Sem essa liquidação, fica inviável a conversão da execução para entrega da coisa em execução por quantia certa. Caso o título não constar o valor da coisa, ou não sendo possível a sua avaliação, o exequente apresentará a sua estimativa, sujeitando-se ao arbitramento judicial. A liquidação para quantificar o valor da coisa e as perdas e danos podem, diante das particularidades do caso concreto, coexistir, possibilitando, uma liquidação conjunta e simultânea.

CONCLUSÃO: Destacar-se-á a importância da segurança jurídica proporcionada por esse instrumento para garantir que um devedor/executado cumpra o dever de entregar um bem específico ao credor/exequente. Através da exploração dos fundamentos legais, concluir-se-á de forma clara que a execução para entrega de coisa certa é um elemento fundamental para a garantia legal do processo, do qual possibilita que o credor recorra à execução para garantir o cumprimento eficaz da obrigação, em vista aos casos que serão escolhidos e apresentados, comprovando a eficácia dessa ação.